

Thomson
Reuters™

Pesquisa

Tax do Amanhã

Transformação tributária
estratégica e tecnológica

Maio de 2025

Carta ao leitor

O sistema tributário brasileiro passa por uma transformação significativa, impulsionada pela Reforma Tributária sobre o consumo, iniciada com a publicação da Emenda Constitucional nº 132/2023. Assim, o ano de 2024 foi marcado por intensos debates e preparações para a etapa de transição, que se estenderá até o final de 2032.

À medida que 2025 avança, as empresas se preparam para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem com a implementação de novas regras. A fase de transição, portanto, exigirá adaptação cuidadosa e estratégica para garantir a conformidade e a eficiência operacional das atividades tributárias, lidando com a coexistência de dois modelos.

A preparação para essa transformação envolve planejamento e investimento, incluindo a busca por profissionais qualificados. Além disso, as empresas estão cada vez mais conscientes da importância de realizar estudos detalhados sobre os impactos

da Reforma, visando uma preparação robusta para uma mudança estrutural que toca toda a organização, incluindo cadeia de suprimentos, finanças, jurídico, tecnologia e operacional.

A automação de operações fiscais e tributárias tem se mostrado uma estratégia essencial para muitas organizações. A adoção de tecnologias avançadas, como a Inteligência Artificial, está crescendo, proporcionando ganhos de eficiência e redução de tempo em atividades operacionais – e essas tecnologias oferecem oportunidades significativas para impulsionar a gestão tributária e fiscal nos próximos anos.

A edição 2025 da pesquisa “Tax do Amanhã” tem como objetivo apresentar as prioridades e tendências relacionadas à área tributária, com base nas perspectivas de 147 empresas que participaram do levantamento entre os

meses de fevereiro e maio deste ano.

Estamos confiantes de que as informações aqui apresentadas serão um recurso valioso para guiar sua organização através das transformações que estamos vivenciando.

Tenha uma ótima leitura!



Gustavo Rotta

Sócio de Tax da Deloitte



01

02

03

04



Principais insights

01

À medida que as empresas se aprofundam na análise da Reforma Tributária sobre o consumo, a preocupação com a fase de transição ganha força: 66% das participantes demonstram receio em relação à manutenção de dois modelos de tributação simultâneos até 2032.

02

Custos imprevistos e a falta de profissionais qualificados também estão entre as principais preocupações das empresas. Mesmo assim, 33% das participantes ainda não realizaram estudos sobre os impactos da Reforma, que demandam preparação e engajamento de diversos stakeholders na organização.

03

Entre as organizações que pretendem se aprofundar no tema, mais de seis em cada dez planejam fazê-lo ainda em 2025, enquanto outras 35% aguardam a publicação de leis complementares. O apoio de especialistas do mercado e de terceiros se destaca como a principal estratégia a ser adotada por 85% dos respondentes.

04

Mais de nove em cada dez empresas já automatizaram alguma operação fiscal ou tributária. Segundo os participantes, o custo para implementar novas tecnologias é um fator decisivo para investimentos em inovação nesse campo.

05

A Inteligência Artificial é utilizada por 14% das organizações. Entre os principais casos de uso estão aqueles que promovem redução de tempo e ganhos de eficiência em atividades operacionais. Nesse sentido, há oportunidades para a ampliação do uso dessa tecnologia nas atividades tributárias por um número maior de empresas.



01

02

03

04



Sumário

01

Reforma Tributária:
Planejamento
estratégico e desafios
da transição

02

Estrutura do ambiente
tributário

03

Tecnologias
como impulso à
transformação
tributária

04

Perfil da amostra

Reforma

Tributária:

Planejamento

estratégico e

desafios da

transição

01



1.1

Reforma Tributária: Consumo





01

02

03

04



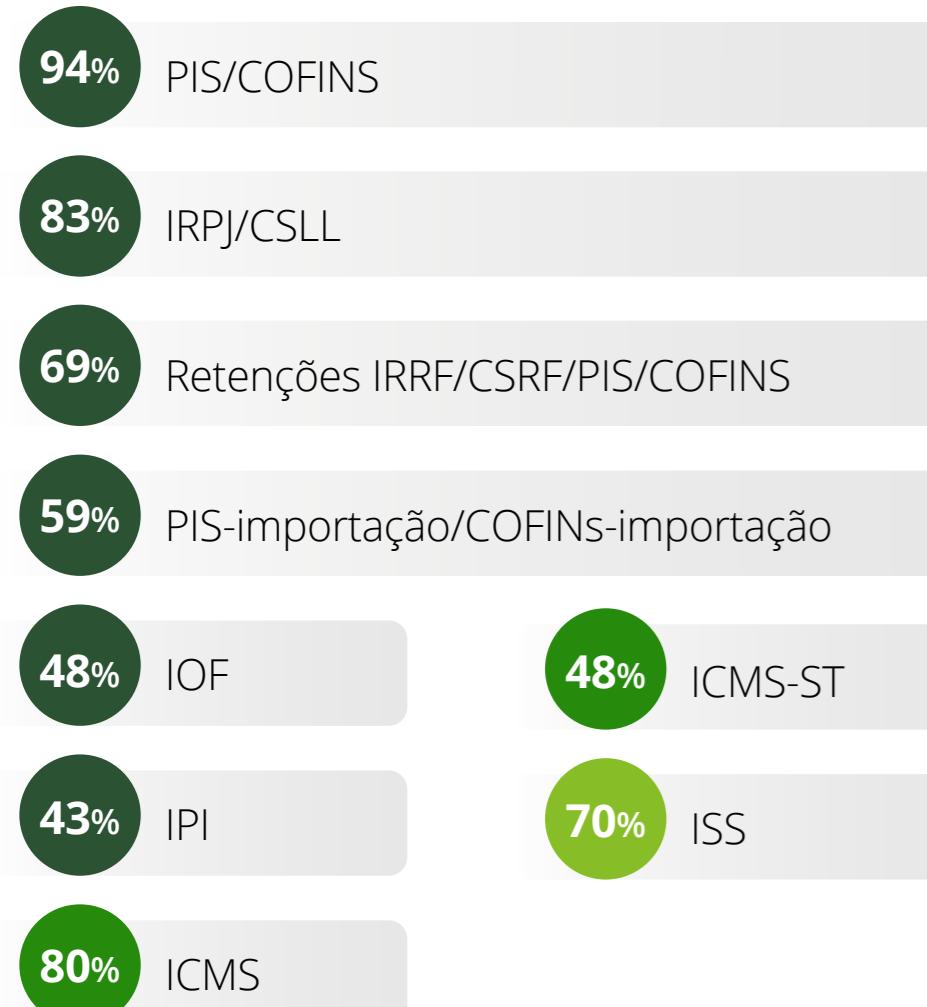
Reforma Tributária - Consumo

A Reforma Tributária sobre o consumo impactará as operações das organizações brasileiras, que se preparam para lidar com dois modelos de tributação simultâneos até 2032, durante a fase de transição. A nova edição da pesquisa "Tax do Amanhã" destaca a consolidação das expectativas das empresas de que a mudança promoverá simplificação de impostos, maior transparência na carga

tributária e redução de obrigações acessórias. Além disso, à medida que as organizações se aprofundam no texto da Reforma, crescem as perspectivas positivas em relação a tópicos específicos, como maior clareza na definição do fato gerador e dos conceitos do IBS, redução das alterações nas normas tributárias e maior na segurança jurídica.

Principais tributos incidentes¹ (múltiplas respostas)

● Federal ● Estadual ● Municipal



Expectativas em relação à Reforma Tributária² (múltiplas respostas)

	2025	2024	2023	2020	
78% Simplificação de impostos	78%	78%	76%	61%	Simplificação de impostos
63% Maior transparência da carga tributária	63%	59%	35%	18%	Maior transparência da carga tributária
62% Redução das obrigações acessórias	62%	53%	51%	31%	Redução das obrigações acessórias
55% Eliminação de redundância das obrigações acessórias	55%	48%	53%	49%	Eliminação de redundância das obrigações acessórias
57% Melhor definição sobre fato gerador e conceitos em um cenário de IBS	57%	42%	29%	18%	Melhor definição sobre fato gerador e conceitos em um cenário de IBS
45% Menor custo de compliance tributário	45%	42%	49%	43%	Menor custo de compliance tributário
- Racionalização de processos	-	40%	41%	13%	Racionalização de processos
42% Menor litigiosidade administrativa/judicial	42%	39%	31%	10%	Menor litigiosidade administrativa/judicial
- Menor proporção de impostos ao longo da cadeia produtiva	-	39%	28%	11%	Menor proporção de impostos ao longo da cadeia produtiva
50% Menor frequência de alterações de normas tributárias	50%	38%	27%	11%	Menor frequência de alterações de normas tributárias
48% Maior segurança jurídica	48%	36%	46%	26%	Maior segurança jurídica
- Substituição por um modelo de tributação sobre movimentações financeiras	-	36%	46%	13%	Substituição por um modelo de tributação sobre movimentações financeiras
- Aumento de carga tributária ou complexidade	-	-	3%	-	Aumento de carga tributária ou complexidade

¹Taxa de resposta: 97%, 143; ²Não foi realizada equalização das amostras entre as edições de 2020, 2023, 2024 e 2025. A pesquisa contou com, respectivamente, 159, 116, 167 e 143 participantes nas edições de 2020, 2023, 2024 e 2025.



01

02

03

04



Reforma Tributária - Consumo

Mesmo diante dos benefícios percebidos, a convivência com dois sistemas tributários simultâneos surge como a principal preocupação das empresas em relação à Reforma Tributária nesta edição. Custos imprevistos, perda de incentivos e a falta de profissionais qualificados para atuar nesse cenário de transformação também são apontados, embora em menor escala em comparação com a preocupação predominante.

Essa realidade reforça a necessidade de um planejamento tributário estratégico, adaptado às particularidades de cada organização, para mitigar os desafios inerentes à fase de transição.

No comparativo, os respondentes da edição 2024 da pesquisa "Tax do Amanhã" demonstravam maior preocupação com a insegurança jurídica (39%), enquanto, neste ano, o tema apresentou menor relevância (18%).

Preocupações das empresas sobre a transição da Reforma Tributária sobre o consumo¹ (múltiplas respostas, até 4 opções)



¹Taxa de resposta: 100%, 147.



01

02

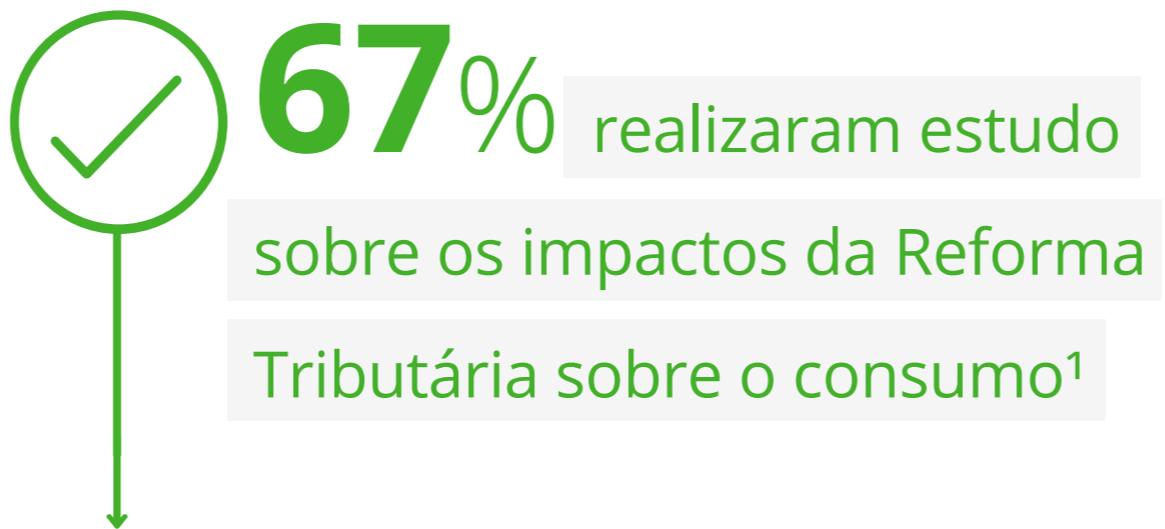
03

04



Reforma Tributária - Consumo

Quase 70% das empresas respondentes realizaram estudos acerca dos impactos da Reforma Tributária sobre o consumo, destacando possíveis aumentos na carga tributária, que podem levar, principalmente, ao repasse para os preços dos produtos ou à redução de margem de lucro. Essa preparação das organizações reflete a busca por uma atuação estratégica diante dos efeitos da Reforma, de modo a mitigar impactos financeiros e, ao mesmo tempo, otimizar processos e readequar a estrutura operacional. Entre as empresas que possuem benefícios fiscais, 59% consideram as alternativas de alterar sua localização geográfica, redesenhar a cadeia de suprimentos ou ambas, visando maximizar suas vantagens tributárias.



Conclusões dos estudos com relação à carga tributária²

48% Deve ocorrer aumento da carga tributária, com consequente repasse de preço ao produto ou redução de margem de lucro

21% Deve ocorrer redução da carga tributária, com potencial de redução de preços ou aumento de margem

16% A carga tributária deve permanecer substancialmente neutra

15% O estudo não foi conclusivo ou não incluiu impactos sobre a carga tributária



Entre as empresas que se beneficiam de incentivos fiscais e avaliaram em seus estudos os impactos das mudanças no sistema tributário nacional³

41% Não realizarão mudanças no posicionamento geográfico e no desenho da cadeia de suprimentos

33% Não realizarão mudanças no posicionamento geográfico, mas avaliam mudanças no desenho da cadeia de suprimentos

9% Pretendem implementar alterações no posicionamento geográfico que minimizem ao máximo o impacto na cadeia de suprimentos

17% Pretendem redesenhar a operação, incluindo o posicionamento geográfico e a cadeia de suprimentos

¹Taxa de resposta: 98%, 144; ²Taxa de resposta: 100%, 96; ³Taxa de resposta: 99%, 66.



01

02

03

04

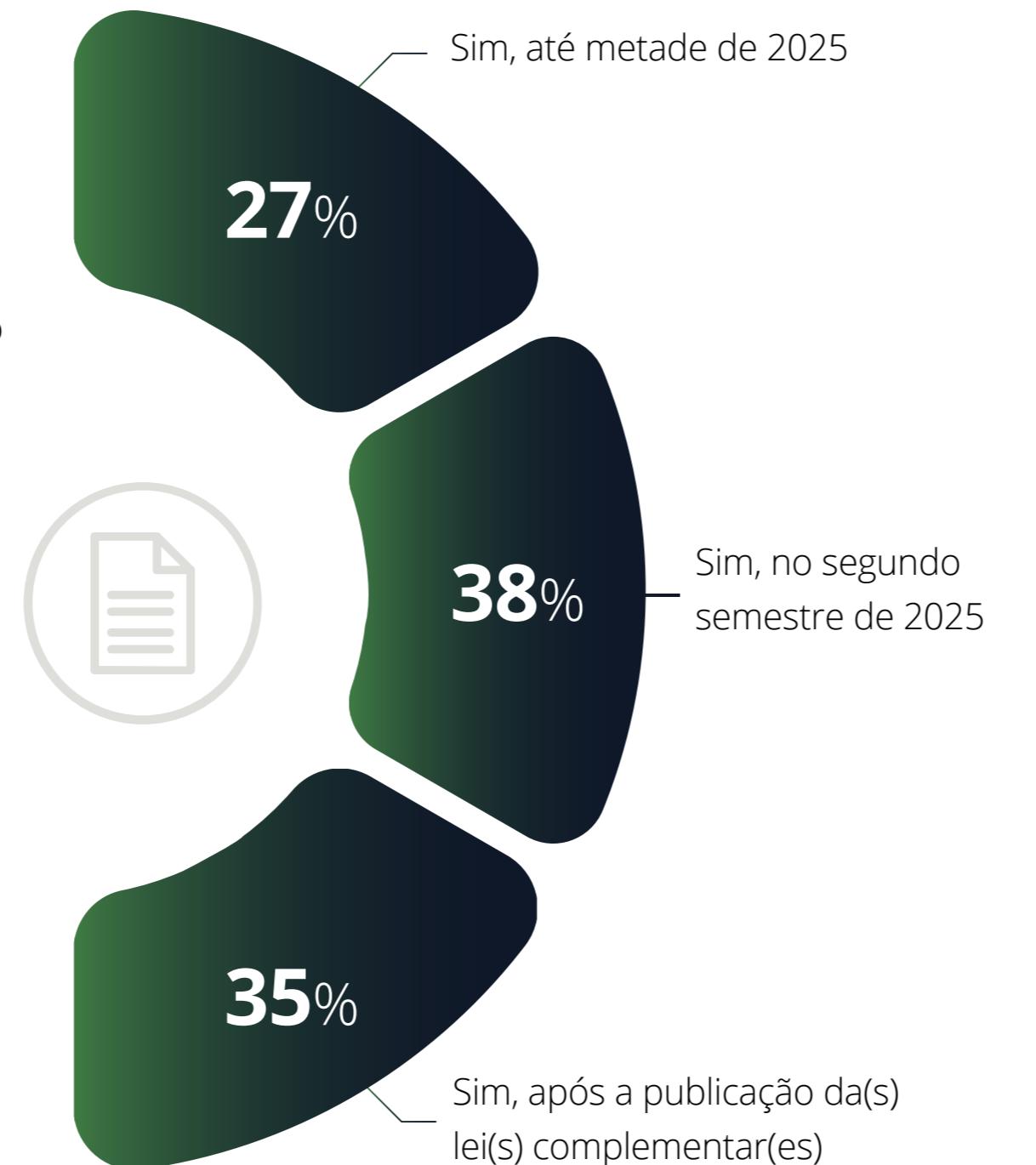
...

Reforma Tributária - Consumo

Para as empresas que ainda não realizaram estudos sobre os impactos da Reforma, 65% delas planejam fazê-lo ainda em 2025. Outras 35% aguardam a publicação de leis complementares* que possam promover maior clareza ao cenário. É relevante destacar que a legislação deve evoluir ao longo do processo de implementação da Reforma, aumentando a complexidade e exigindo maior atenção por parte das empresas.

Entre as organizações que pretendem se aprofundar no tema, o apoio de especialistas do mercado destaca-se como a principal estratégia a ser adotada, seguido pela terceirização da análise, evidenciando a complexidade do tema e a necessidade de obter suporte junto a profissionais especializados.

Pretensão das empresas em realizar estudos de impacto¹



Com relação ao estudo, a empresa pretende¹...



62%

... realizar com apoio de especialistas do mercado



23%

...terceirizar a análise



15%

... realizar internamente

*A Lei Complementar 214/2025, publicada em 16 de janeiro, alterou a legislação vigente e ainda deverá ser complementada por outras leis ordinárias e atos normativos dos órgãos fiscalizadores;

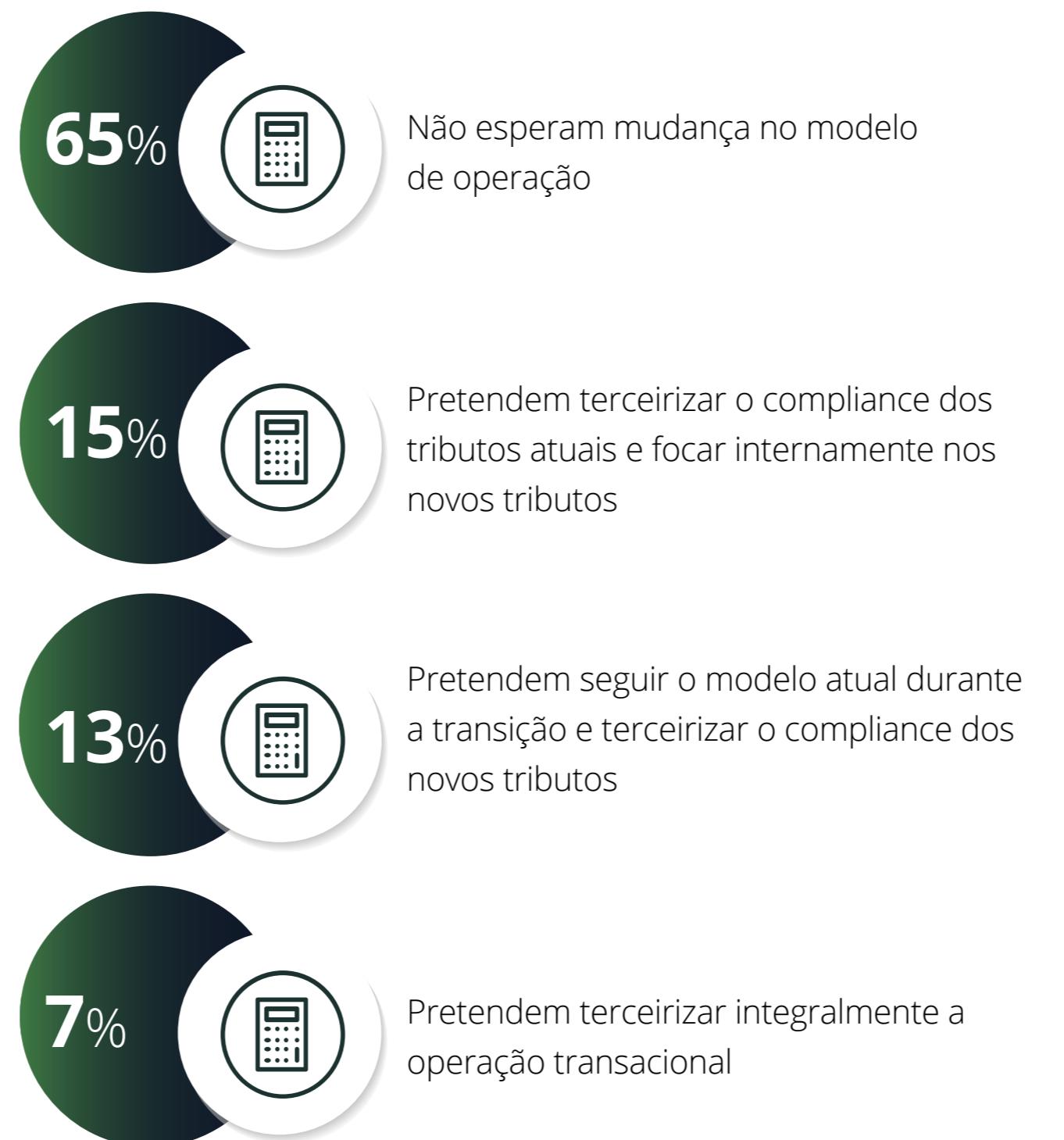
¹Taxa de resposta: 100%, 26.

Reforma Tributária - Consumo

Mais de três em cada dez empresas planejam terceirizar parcial ou totalmente as operações transacionais de tax, seja para lidar com os tributos atuais ou com os novos, ao passo que 65% delas pretendem manter o modelo vigente. No cenário atual, 43% das empresas adotam modelos que contam com o suporte de parceiros, por meio de co-sourcing ou outsourcing.

Ainda, 7% das organizações indicam a intenção de delegar completamente o compliance dos novos tributos a prestadores especializados. Essa abordagem pode se mostrar estratégica, especialmente diante das complexidades e constantes mudanças no universo tributário nacional, visando assegurar conformidade com as novas exigências da Reforma e minimizar riscos.

No que diz respeito às operações de tax (“transacional”), como consequência da Reforma Tributária, as empresas¹



¹Taxa de resposta: 99%, 146.

1 . 2

Reforma Tributária: Renda





01

02

03

04



Reforma Tributária - Renda

As organizações demonstram uma postura cautelosa diante das incertezas sobre as mudanças propostas pela Reforma Tributária sobre a renda, com relação à redução do IRPJ e CSLL, à revogação do IR, à dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio e à dedução fiscal do goodwill.



46% dos respondentes

acreditam em redução das alíquotas de IRPJ e de CSLL, antecipando que, de forma combinada, poderá ficar acima de 25%¹



77% dos respondentes

acreditam que, com a revogação da isenção de IRRF, a alíquota instituída será de até 15%²

Visão das empresas com relação a um eventual projeto de lei que reforme a tributação da renda³

● Concordo ● Discordo ● Não tenho opinião formada

A alíquota base de Imposto de Renda – IRPJ – e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – será reduzida



Alíquota estimada com a redução do IRPJ e CSLL²

32%	Até 15%
36%	16% a 25%
32%	Acima de 25%

A isenção de imposto de renda retido na fonte – IRRF – sobre dividendos será revogada



Alíquota estimada com a revogação da isenção do IRRF³

74%	Até 15%
14%	16% a 25%
12%	Acima de 25%

A dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio será definitivamente revogada



A possibilidade de dedução fiscal do goodwill (tal como ocorre nos casos de incorporação, cisão ou fusão) será revogada



¹Taxa de resposta: 69%, 102; ²Taxa de resposta: 72%, 38; ³Taxa de resposta: 84%, 49.



01

02

03

04



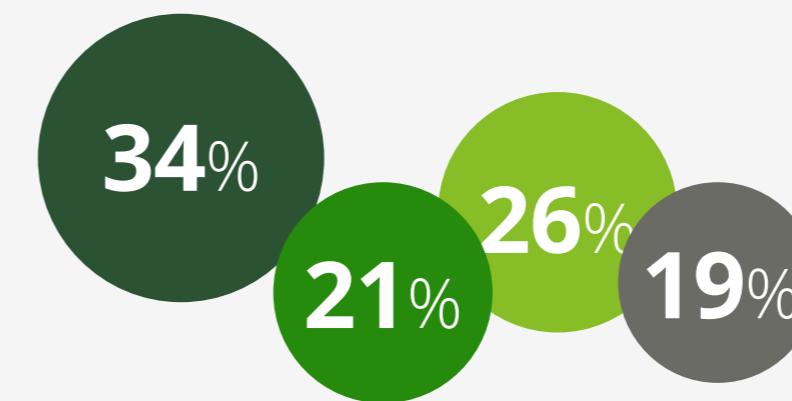
Reforma Tributária - Renda

Entre as recentes alterações promovidas na legislação federal, 37% das organizações respondentes indicam que devem ser significativamente impactadas por mudanças relativas às subvenções e, 34%, por limites impostos à compensação de créditos tributários, decorrentes de decisões judiciais. Em relação às alterações nos juros sobre o capital próprio, 53% das organizações afirmam que os impactos serão baixos ou inexistentes, enquanto 26% apontam alto impacto.

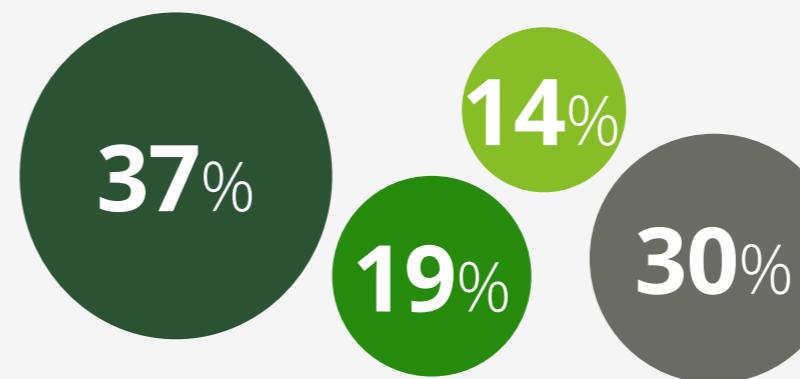
Nível de impacto nas empresas com relação às alterações promovidas na legislação¹

● Alto impacto ● Médio impacto ● Baixo impacto ● Sem impacto

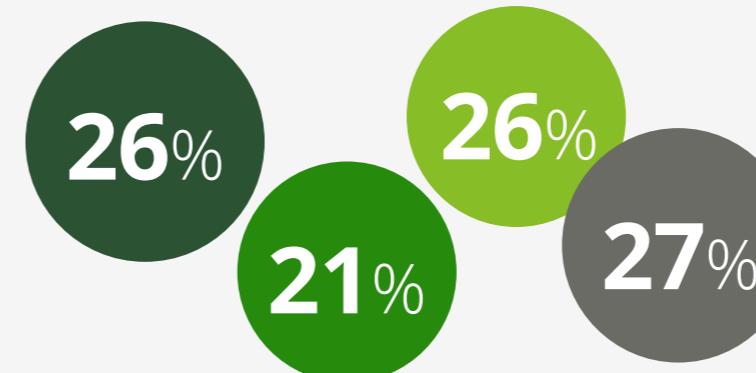
Lei nº 14.783/24 – limites para compensação de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado



Lei nº 14.789/23 – alterações relativas às subvenções



Lei nº 14.789/23 – alterações relativas aos juros sobre o capital próprio



¹Taxa de resposta: 94%, 138.



01

02

03

04



Reforma Tributária - Internacional

Entre as empresas respondentes que possuem controlador ou filial no exterior e fazem parte de grupos multinacionais, com receita global superior a € 750 milhões, 43% ainda não analisaram ou participaram das discussões sobre o Pillar 2. Além disso, entre aquelas cujo controlador final do grupo está localizado no Brasil, 50% ainda não realizaram qualquer análise relacionada ao Pillar 2, evidenciando a necessidade de adequação às exigências normativas internacionais.



49% das empresas respondentes¹ possuem filial/subsidiária ou controlador no exterior, sendo que²:

72%

Estão sujeitas às regras do Pillar 2 e o controlador final do grupo **não está** localizado no Brasil

14%

O grupo não tem receita anual global superior a € 750 milhões

14%

Estão sujeitas às regras do Pillar 2 e o controlador final do grupo **está** localizado no Brasil

Entre elas...³

43%

ainda não analisaram o Pillar 2 ou a análise não envolveu as subsidiárias brasileiras

42%

enquadram as subsidiárias no safe harbour de transição

15%

das subsidiárias brasileiras deverão aplicar a regra integral do GloBE*

Entre elas...⁴

50%

ainda não realizaram análise sobre o Pillar 2

40%

enquadram as subsidiárias no safe harbour de transição em todas jurisdições

10%

indicam a potencial aplicação integral do GloBE* em certas jurisdições

¹Taxa de resposta: 99%, 146; ²Taxa de resposta: 99%, 69; ³Taxa de resposta: 98%, 48; ⁴Taxa de resposta: 100%, 10; *Global Anti-Base Erosion Model Rules.

Estrutura do ambiente tributário

02





01

02

03

04

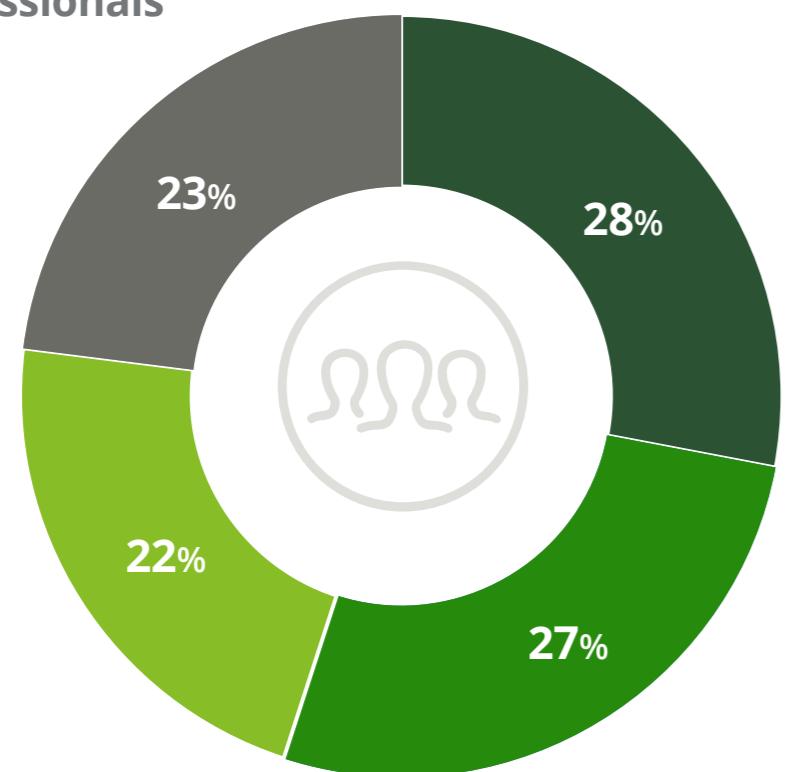


Estrutura do ambiente tributário

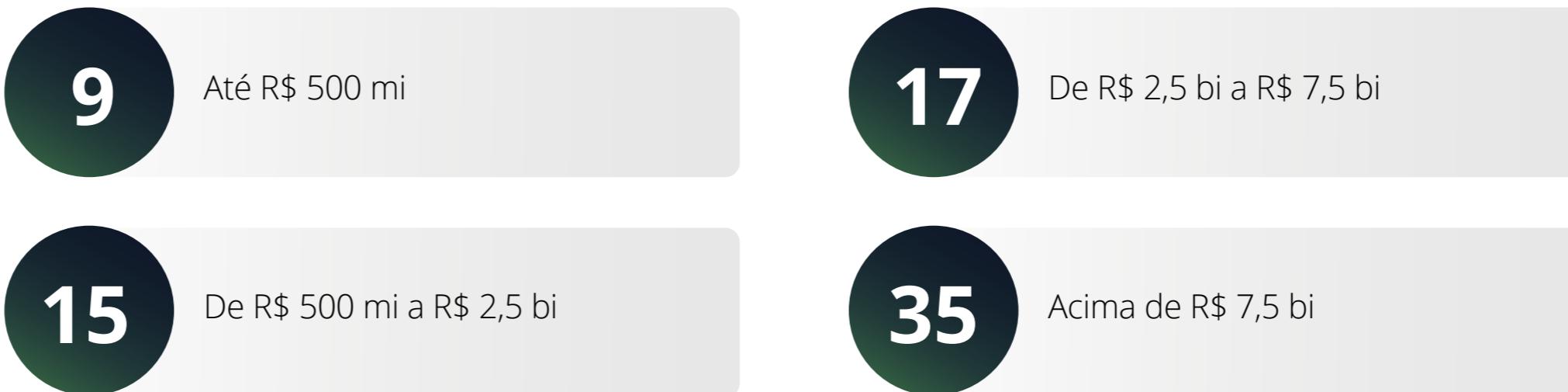
Organizações de diferentes portes e setores demandam modelos tributários alinhados às suas particularidades, considerando fatores como a complexidade operacional, o número de transações e a variedade de exigências fiscais. Isso reforça a relevância de uma gestão tributária personalizada e estrategicamente orientada.

Número de profissionais na área tributária¹

- Menos de 10 profissionais
- De 10 a 19 profissionais
- De 20 a 39 profissionais
- Acima de 40 profissionais



Média² de profissionais na área tributária, segundo o porte da empresa¹



Média² de profissionais na área tributária, por indústria¹



¹Taxa de resposta: 100%, 147; ²Mediana.



01

02

03

04



Estrutura do ambiente tributário

Entre as organizações respondentes, aquelas de maior porte dedicam, em média, mais tempo à gestão tributária; porém, há uma eficiência intrínseca à medida que as empresas crescem em faturamento.

Aproximadamente 70% do tempo de trabalho dos profissionais da área tributária é voltado ao compliance (apuração de tributos, preenchimento e entrega de obrigações acessórias e atendimento às fiscalizações).

Média de horas anuais dedicadas à gestão tributária, segundo o porte da empresa¹

Até R\$ 500 mi		16.200h
De R\$ 500 mi a R\$ 2,5 bi		27.000h
De R\$2,5 bi a R\$ 7,5 bi		30.600h
Acima de R\$ 7,5 bi		63.000h

Porcentagem do tempo dedicado a cada etapa da gestão tributária, por esfera

	Federal ²	Estadual ³	Municipal ⁴
Apuração e pagamento	35%	36%	42%
Preenchimento e entrega de obrigações acessórias	21%	24%	19%
Planejamento Tributário/ Consultoria	14%	11%	11%
Atendimento às fiscalizações	11%	8%	8%
Outras atividades	10%	12%	10%
Gestão do contencioso tributário	9%	9%	10%

¹Taxa de resposta: 100%, 147; mediana de horas: 39%, 58; ²Taxa de resposta: 37%, 55; ³Taxa de resposta: 40%, 59.



01

02

03

04

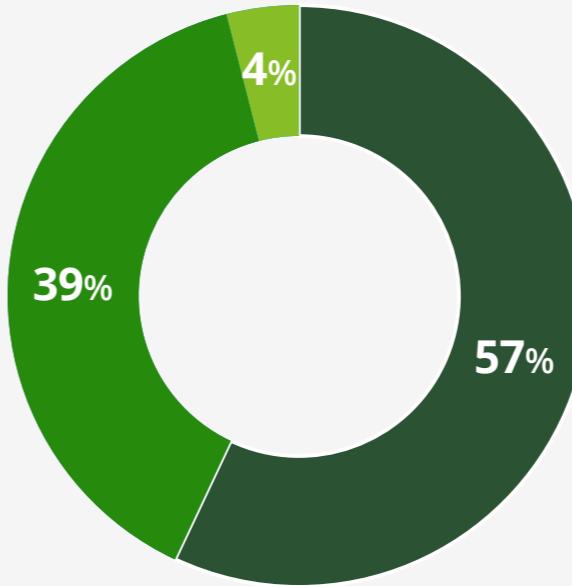


Estrutura do ambiente tributário

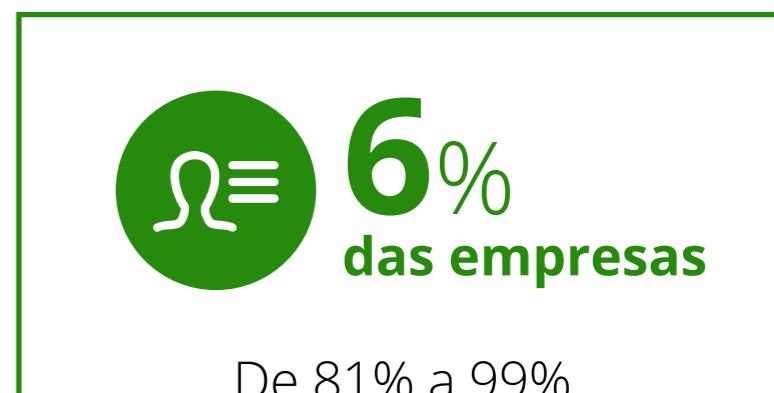
Quase metade das empresas opta por contratar profissionais terceirizados, seja por meio de co-sourcing ou outsourcing, como forma de adaptar suas operações às exigências e à complexidade da área tributária. Embora em menor número em comparação ao modelo tradicional, esses profissionais contribuem para mitigar um dos principais entraves do setor: a escassez de profissionais qualificados – ponto que será detalhado posteriormente – sem exigir a expansão da equipe interna.

Modelo de contratação¹

- Exclusivamente profissionais da própria empresa
- Profissionais da própria empresa e terceirizados (co-sourcing)
- Exclusivamente profissionais terceirizados (outsourcing)



Proporção de terceirizados²



¹Taxa de resposta: 99%, 145; ²Taxa de resposta: 91%, 81.

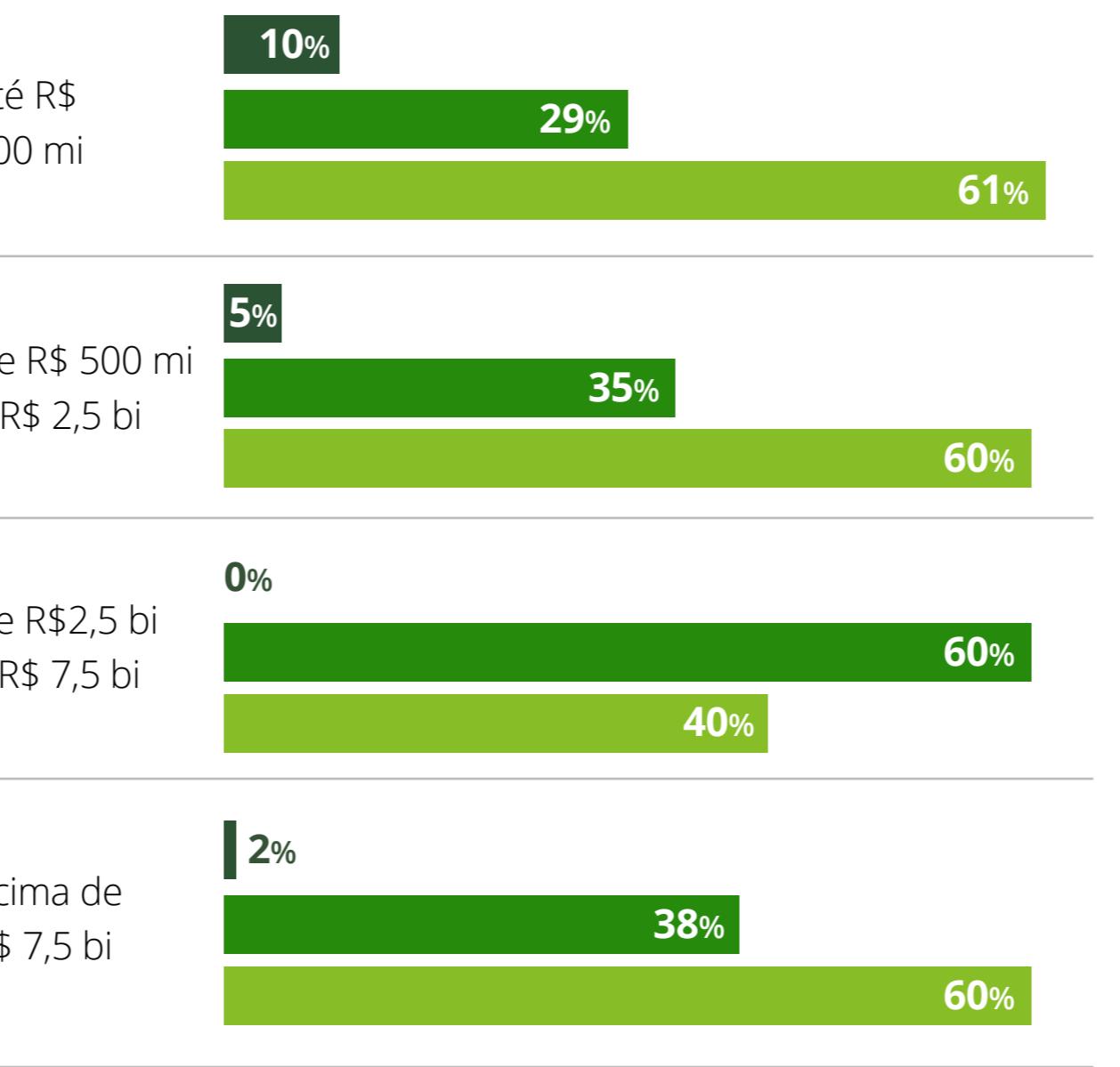
Estrutura do ambiente tributário

Entre os principais benefícios da terceirização estão a redução de custos, a incorporação de tecnologias de ponta disponíveis no mercado e a possibilidade de reposicionar os times internos em atividades com maior valor estratégico. Em um cenário marcado pela alta complexidade do compliance tributário, a estratégia ainda permite ganhos de eficiência nas operações.

No entanto, quanto maior o faturamento da empresa, menor é a quantidade de contratos que envolvem exclusivamente profissionais terceirizados, revelando que organizações de maior porte tendem a ter uma maior capacidade estrutural para manter suas operações internamente, além reforçar uma possível estratégia de maior controle e eficiência operacional.

Modelo de contratação, segundo o porte da empresa¹

- Exclusivamente profissionais terceirizados
- Profissionais da própria empresa e terceirizados
- Exclusivamente profissionais da própria empresa



¹Taxa de resposta: 99%, 145.



01

02

03

04



Desafios do ambiente tributário

A contratação de profissionais qualificados se mostra como a maior dificuldade para as empresas, com 62% delas classificando-a como um desafio de nível alto e, 30%, como um obstáculo de nível médio. Além disso, a obtenção de aprovação para a contratação de recursos externos, obtenção de budget para a área fiscal e a adaptação e adequação de sistemas figuram como outros dos principais desafios mencionados pelas organizações.

Em vista da complexidade do ambiente tributário e das mudanças esperadas para o setor nos próximos anos, é necessário que as empresas reavaliem seus modelos operacionais – incluindo a qualificação de profissionais. Apesar de não ser um dos itens com alto nível de dificuldade, a necessidade de treinamento, na comparação com 2023, foi uma das categorias que mais cresceu entre as prioridades das empresas, sobretudo considerando as implicações da Reforma Tributária.

Nível de dificuldade das organizações para...¹

● Alto ● Médio ● Baixo ● Não sabe/não aplicável

Contratação de profissionais qualificados



Obtenção de budget para investimentos na área fiscal



Aprovação para contratação de recursos externos



Adaptação e adequação de sistemas



Prazo apertado entre a elaboração e a entrega



Legislação tributária



Processos e controles internos



Atendimento a fiscalizações na esfera federal



Atendimento a fiscalizações na esfera estadual



Atendimento a fiscalizações na esfera municipal



Treinamento de profissionais existentes



Aplicação de normas regulamentares na empresa



Manutenção de arquivos tributários de forma adequada



O que aumentou em 2024 na comparação com 2023²



Necessidade de treinamento em novas tecnologias



Necessidade de treinamento em legislação



Complexidade técnica da legislação



Contratação de novos profissionais

¹Taxa de resposta: 97%, 144; ²Taxa de resposta: 96%, 141.



01

02

03

04



Desafios do ambiente tributário

Quando comparado ao ano anterior, as empresas participantes apontam um crescimento de 22% no número de fiscalizações realizadas, abrangendo esferas federal, estadual e municipal. Ademais, aproximadamente 26% das organizações indicam ter sido alvo de mais de dez fiscalizações ao longo de 2024.



Em média, as empresas participantes foram fiscalizadas **5 vezes** em 2024¹



22% das empresas perceberam **um aumento das fiscalizações** entre 2023 e 2024²

Quantidade de vezes em que a empresa foi fiscalizada em 2024, por esfera¹



Federal



Estadual



Municipal

	1 vez	2 a 4 vezes	5 a 10 vezes	Acima de 10
Federal	30% das empresas	28% das empresas	20% das empresas	22% das empresas
Estadual	21% das empresas	28% das empresas	21% das empresas	30% das empresas
Municipal	36% das empresas	20% das empresas	18% das empresas	26% das empresas

Quantidade de vezes em que a empresa foi fiscalizada em 2024, por faixa de faturamento¹ (média em unidades)



Na esfera federal



Na esfera estadual



Na esfera municipal

	Até R\$ 500 mi	De R\$ 500 mi a R\$ 2,5 bi	De R\$ 2,5 bi a R\$ 7,5 bi	Acima de R\$ 7,5 bi
Na esfera federal	5	4	4	8
Na esfera estadual	6	4	7	9
Na esfera municipal	5	4	6	8

¹Taxa de resposta: 85%, 125; ²Taxa de resposta: 95%, 139.



01

02

03

04



Desafios do ambiente tributário

Quantidade média de processos de contencioso tributário gerenciados pelas organizações, por faixa de faturamento⁴

(média em unidades)

156 processos foram gerenciados, em média¹



Na esfera federal

	Até R\$ 500 mi	De R\$ 500 mi a R\$ 2,5 bi	De R\$ 2,5 bi a R\$ 7,5 bi	Acima de R\$ 7,5 bi
--	----------------	----------------------------	----------------------------	---------------------

109

78

163

241

175 processos foram gerenciados, em média²



Na esfera estadual

	Até R\$ 500 mi	De R\$ 500 mi a R\$ 2,5 bi	De R\$ 2,5 bi a R\$ 7,5 bi	Acima de R\$ 7,5 bi
	99	107	93	319

99

107

93

319

96 processos foram gerenciados, em média³



Na esfera municipal

	Até R\$ 500 mi	De R\$ 500 mi a R\$ 2,5 bi	De R\$ 2,5 bi a R\$ 7,5 bi	Acima de R\$ 7,5 bi
	111	58	93	124
em média	106	81	116	228
em média				

111

58

93

124

106
em média

81
em média

116
em média

228
em média

¹Taxa de resposta: 83%, 98; ²Taxa de resposta: 82%, 97; ³Taxa de resposta: 81%, 96; ⁴Taxa de resposta: 82%, 120.



01

02

03

04



Desafios do ambiente tributário

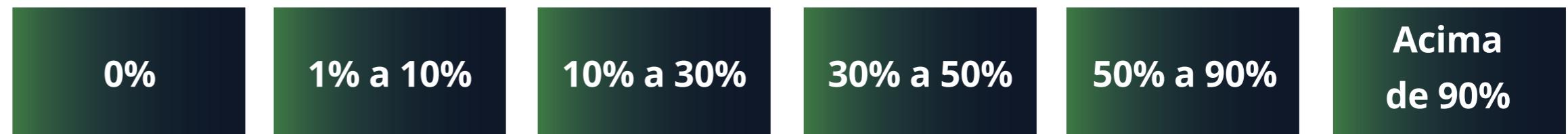
As tendências de digitalização e automatização estão igualmente presentes nos processos governamentais, especialmente sob a condução da esfera federal. Cerca de 70% das organizações entrevistadas mencionam ter sido alvo de fiscalizações realizadas de forma digital.

Proporção de fiscalizações on-line¹

Em média, **55%** das **fiscalizações federais** foram feitas on-line¹



Na esfera federal



18%
das empresas

11%
das empresas

5%
das empresas

6%
das empresas

25%
das empresas

35%
das empresas

Em média, **46%** das **fiscalizações estaduais** foram feitas on-line¹



Na esfera estadual



25%
das empresas

6%
das empresas

12%
das empresas

9%
das empresas

23%
das empresas

25%
das empresas

Em média, **39%** das **fiscalizações municipais** foram feitas on-line¹



Na esfera municipal



29%
das empresas

13%
das empresas

10%
das empresas

10%
das empresas

18%
das empresas

20%
das empresas

¹Taxa de resposta: 84%, 123.

Tecnologias
como impulso
à transformação
tributária

03





01

02

03

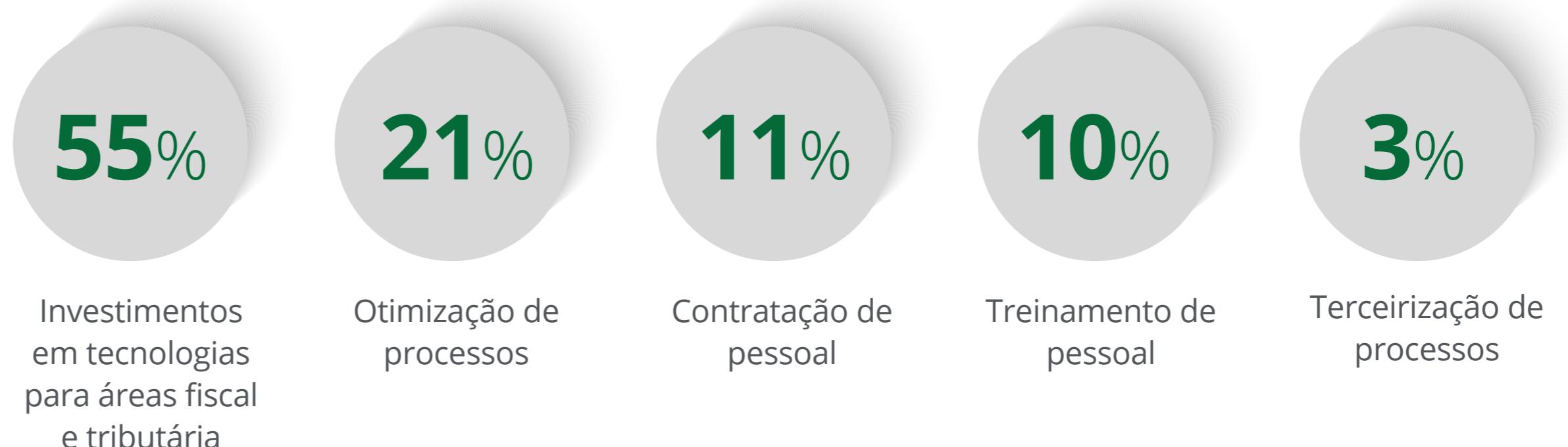
04



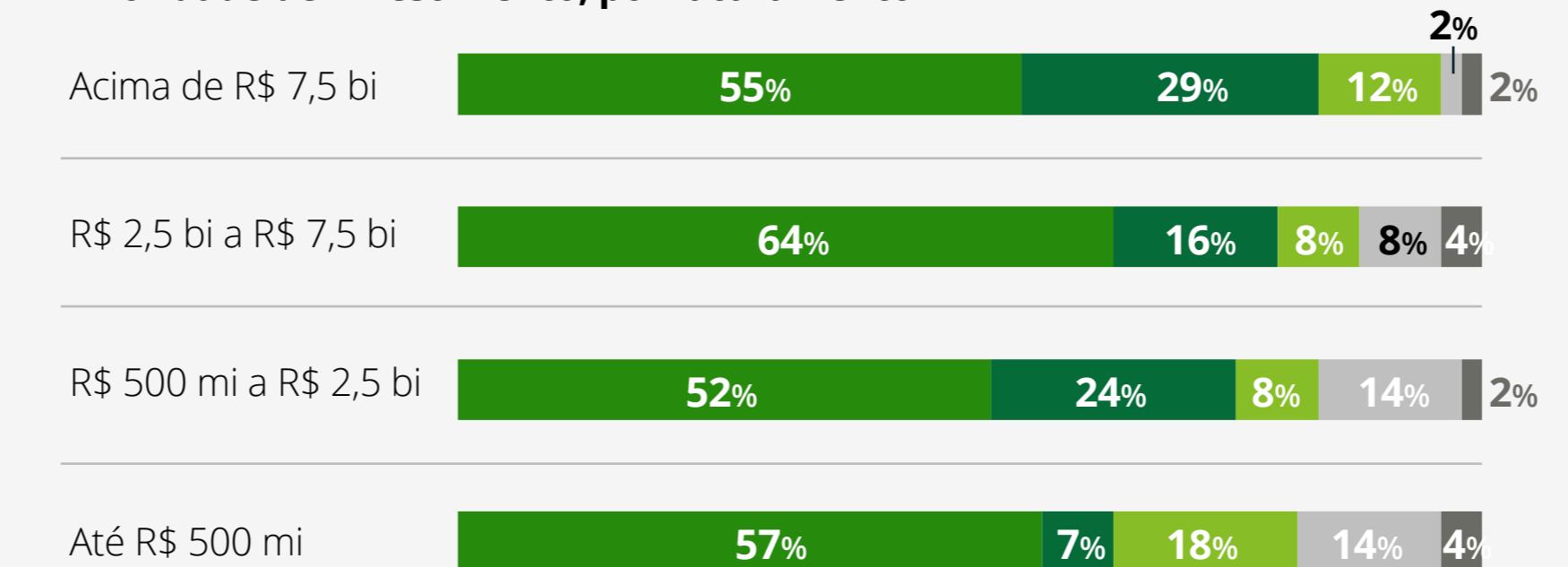
Tecnologias como impulso à transformação tributária

A transformação tributária apresentará desafios significativos às organizações nos próximos anos, sobretudo devido à convivência com dois sistemas até 2032 – obstáculo destacado por 66% das empresas participantes. Esse cenário reforça a importância de priorizar investimentos em tecnologias que possibilitem uma transição mais ágil e estratégica nos processos e sistemas corporativos, alinhando-os ao novo modelo. Além disso, apostar no potencial das tecnologias disruptivas surge como estratégia para mitigar o desafio das organizações em contratar profissionais especializados, já que essas ferramentas podem melhorar a eficiência operacional, reduzir riscos de não conformidade, embasar decisões críticas e, ao mesmo tempo, manter as empresas competitivas.

Prioridade de investimento das empresas, se houver aumento do budget¹



Prioridade de investimento, por faturamento¹



- Investimentos em tecnologias para áreas fiscal e tributária
- Otimização de processos
- Contratação de pessoal
- Treinamento de pessoal
- Terceirização de processos

¹Taxa de resposta: 98%, 146.



01

02

03

04



Tecnologias como impulso à transformação tributária

Para as empresas participantes, o custo para implementar novas tecnologias é um dos fatores mais decisivos nos investimentos, independentemente do nível hierárquico. Enquanto aspectos como a melhoria na produtividade e eficiência internas se destacam entre gerentes e colaboradores de outros níveis, para executivos, a eficiência em controles operacionais desonta como uma métrica mais importante para balizar essas decisões, sem desconsiderar o nível de maturidade da tecnologia.

O critério de payback do investimento é mais relevante para os níveis executivo e gerencial, enquanto o foco dos demais cargos está, principalmente, na capacidade da tecnologia de melhorar a eficiência, agilizar processos e reduzir inconsistências, o que reflete uma preocupação crescente com a adaptação das organizações e times internos à nova realidade do ambiente regulatório e de negócios.

Principais critérios para a adoção de novas tecnologias nas organizações¹ (ranking)

	Total	Executivo	Gerência	Demais
Custo de implementação	1º	1º	1º	2º
Melhoria da eficiência/produtividade do time	2º	6º	3º	1º
ROI (retorno – financeiro ou não – do valor investido)	3º	7º	2º	9º
Eficiência em controles operacionais	4º	2º	7º	4º
Nível de maturidade da tecnologia	5º	3º	6º	5º
Agilidade no processo de apuração	6º	8º	5º	3º
Payback do investimento (prazo para recuperação do valor investido)	7º	4º	4º	14º
Conformidade com leis fiscais/regulamentações	8º	9º	8º	8º
Redução de possibilidade de inconsistência	9º	10º	9º	6º
Segurança e proteção de dados	10º	11º	11º	7º
Facilidade de integração com outros sistemas e softwares	11º	5º	12º	10º
Risco inerente à falha de implementação (risco de não entregar o projeto)	12º	14º	10º	11º
Melhora na capacidade de processamento de sistemas	13º	13º	13º	12º
Experiências anteriores com projetos de tecnologia malsucedidos	14º	12º	15º	16º
Investimentos em treinamento ou novas contratações	15º	15º	14º	13º
Capacidade de escalabilidade e flexibilização	16º	16º	16º	15º

¹Taxa de resposta: 98%, 146.



01

02

03

04



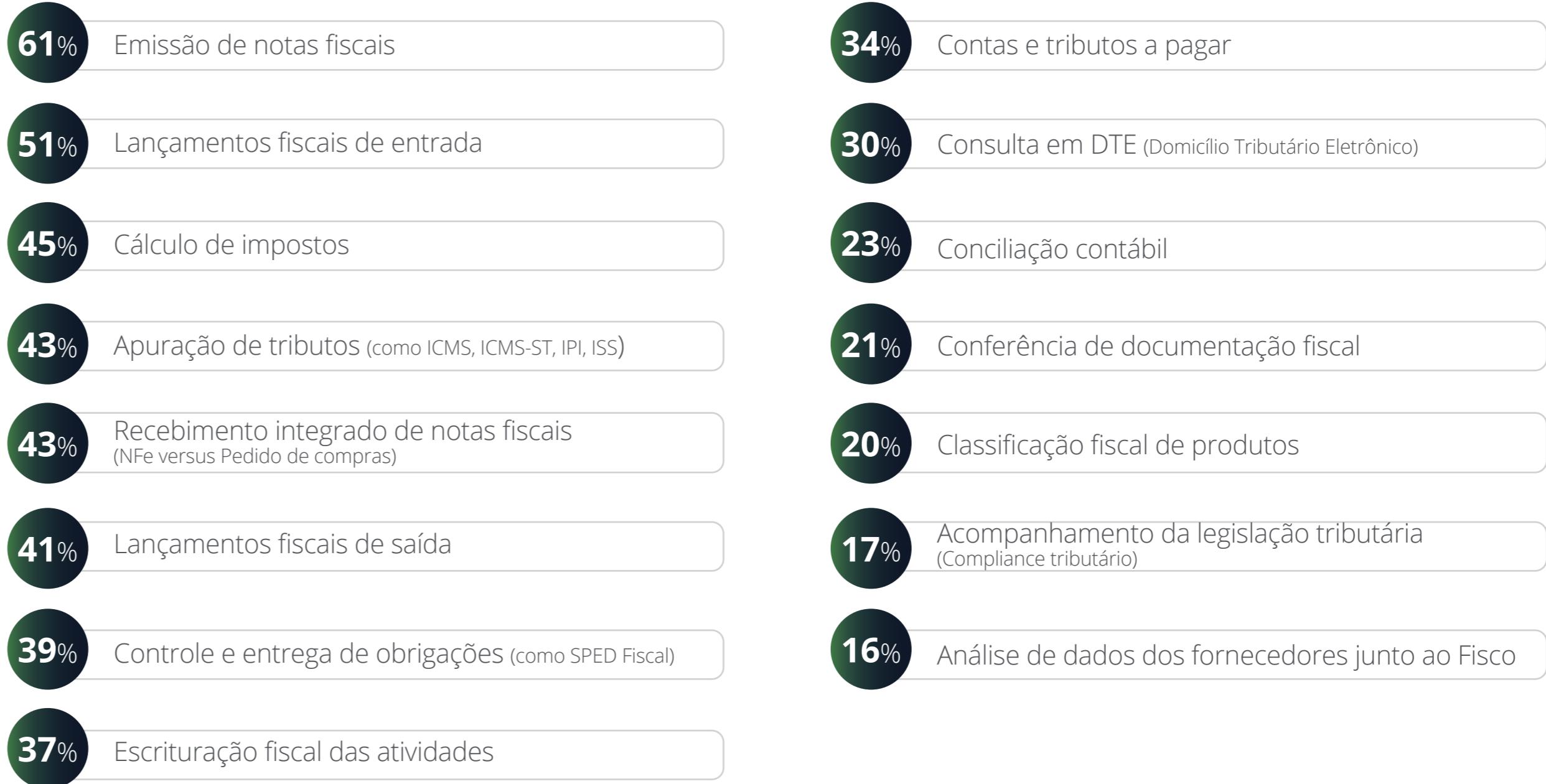
Tecnologias como impulso à transformação tributária

Conciliar a transformação tributária com as novas operações é essencial para coordenar equipes na busca por garantir conformidade e agilidade em suas funções. Neste contexto, mais de nove em cada dez organizações participantes já automatizaram alguma operação fiscal ou tributária, principalmente para obter ganhos de eficiência em tarefas repetitivas e de alto volume. No entanto, as empresas também estão explorando ferramentas para a execução de atividades mais analíticas e complexas, como o cálculo de impostos e a apuração de tributos.



93% das empresas
participantes têm alguma
operação fiscal e tributária
automatizada¹

Operações fiscais e tributárias automatizadas nas empresas² (múltiplas respostas)



¹Taxa de resposta: 97%, 142; ²Taxa de resposta: 96%, 132.

Adoção de IA e GenAI

A Inteligência Artificial (IA) ou IA generativa (GenAI) tem revolucionado o setor tributário, modernizando e otimizando funções – especialmente ao automatizar processos e classificar documentos. Além disso, destaca-se na gestão de auditorias fiscais, análise de riscos e monitoramento de mudanças regulatórias, garantindo conformidade e decisões mais informadas.

Entre as atividades com maior impacto na redução de horas trabalhadas, a apuração de pagamentos lidera, beneficiando-se diretamente do uso da IA. Sua aplicação aumenta a precisão e a eficiência, permitindo que os profissionais se concentrem em estratégias mais complexas e menos em tarefas repetitivas.



Apesar de um dos focos ao adotar uma nova tecnologia ser a **melhoria da eficiência/produtividade da equipe**, apenas **14%** das respondentes¹ já utilizam IA ou GenAI na área tributária.

Casos de utilização de IA/GenAI em atividades tributárias e fiscais² (múltiplas respostas)

60%

Automatizar processos fiscais

40%

Classificar e categorizar documentos

35%

Gerir as auditorias fiscais

30%

Analisa riscos fiscais

30%

Monitorar e detectar mudanças na legislação

25%

Garantir conformidade de fornecedores com leis e regulamentações

20%

Analisa dados não estruturados

20%

Detectar fraudes fiscais

20%

Otimizar o aproveitamento de créditos e incentivos fiscais

15%

Realizar análises preditivas de litígios fiscais

Atividades com maior impacto, em horas dispensadas, pela utilização da IA/GenAI² (ranking)

1º

Apuração de pagamento

2º

Preenchimento e entrega de obrigações acessórias

3º

Atendimento à fiscalização

4º

Gestão do contencioso tributário

¹Taxa de resposta: 100%, 147; ²Taxa de resposta: 91%, 20.



01

02

03

04



29

Adoção de cloud

O armazenamento em nuvem, adotado por pouco mais da metade das empresas participantes em atividades tributárias, facilita ganhos em eficiência operacional, além de aprimorar o controle e a segurança dos dados corporativos. Mais de seis em cada dez empresas respondentes preferem adotar o modelo de nuvem 100% privada, especialmente devido a ganhos de eficiência operacional e ao maior controle e segurança dos dados, sem perder a possibilidade de escalabilidade.

Quando associada à IA, especialmente à IA generativa, a tecnologia de nuvem intensifica a transformação tributária, possibilitando o monitoramento de mudanças regulatórias, previsão de tendências fiscais e, consequentemente, proporcionando maior agilidade e adaptabilidade nos processos organizacionais.

 **52%** das empresas respondentes¹ já adotam tecnologias em nuvem para atividades tributárias, sendo²:



Motivos para adoção de ferramentas hospedadas

Nuvem privada ³	Nuvem pública ⁴
45% Eficiência operacional	39% Acesso remoto
42% Controle e segurança dos dados	32% Acesso às novas tecnologias
31% Escalabilidade e flexibilidade	29% Escalabilidade e flexibilidade

¹Taxa de resposta: 100%, 147; ²Taxa de resposta: 100%, 76; ³Taxa de resposta: 98%, 65; ⁴Taxa de resposta: 100%, 28.



01

02

03

04



04

Perfil da
amostra





01

02

03

04



Perfil da amostra



147

empresas participantes



46%

tiveram faturamento
superior a R\$ 2,5 bilhões
em 2024¹

Setor de atuação¹



17%

Serviços²



16%

Bens de consumo



16%

Agronegócio,
alimentos e bebidas



13%

Mineração,
petróleo e gás



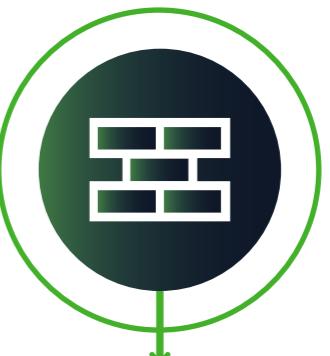
10%

Comércio



8%

Serviços
financeiros



13%

Infraestrutura



7%

TI e Telecom

¹Taxa de resposta: 100%, 147; ²Serviços de limpeza e vigilância, serviços prestados às empresas, educação e serviços sociais, turismo, hotelaria e lazer, transporte e logística, e serviços de saúde.



01

02

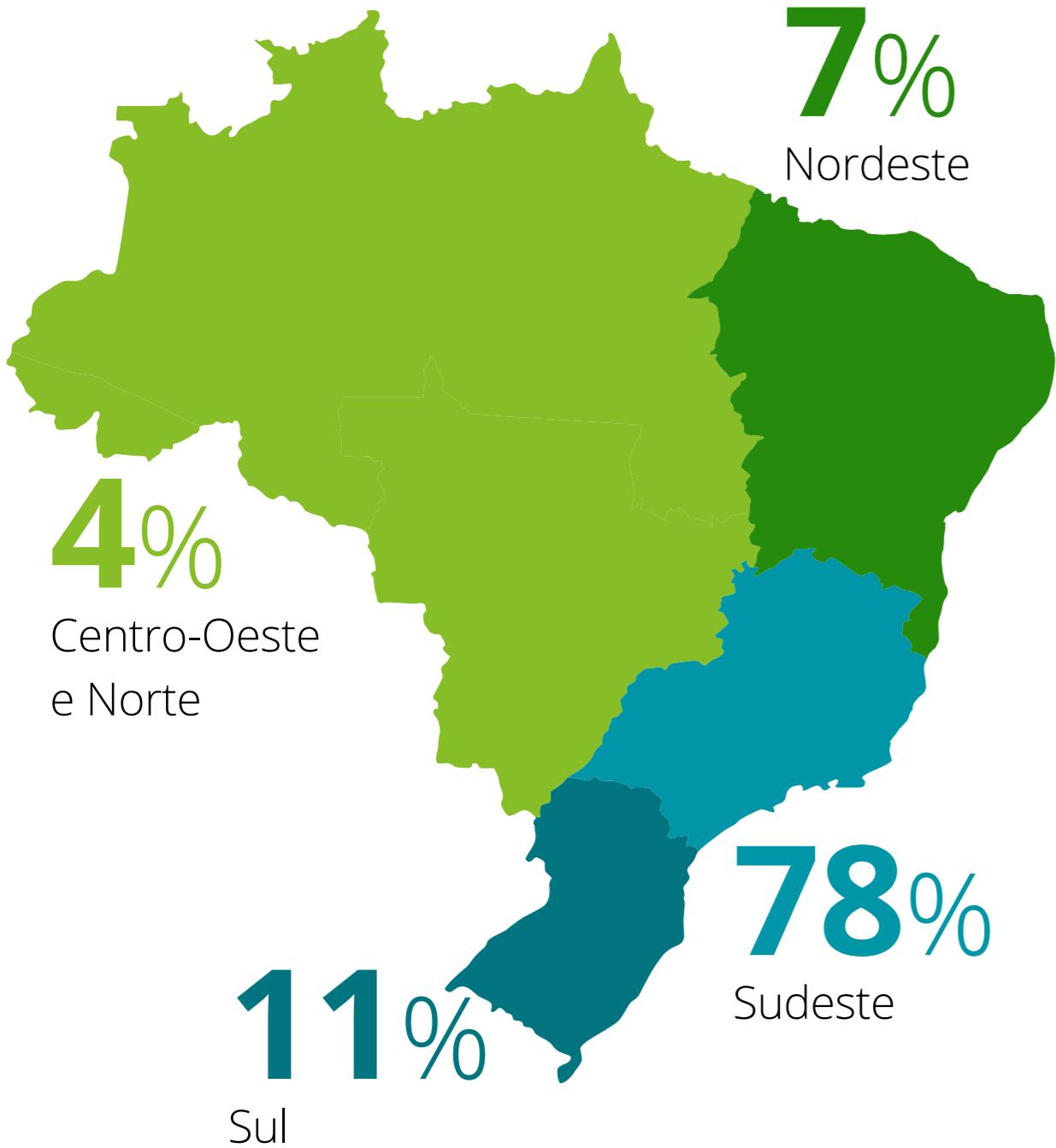
03

04

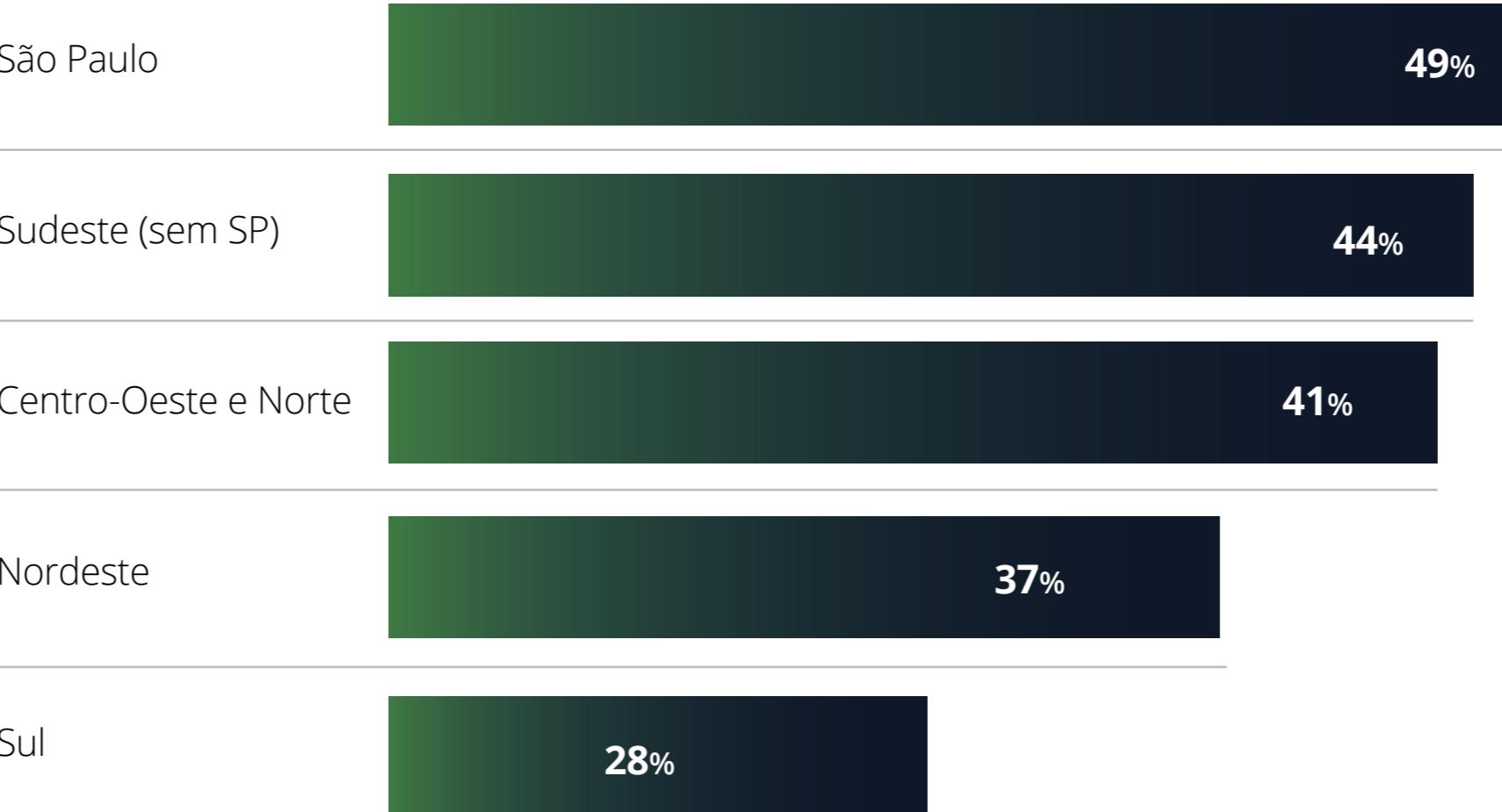


Perfil da amostra

Região da sede administrativa¹



Região de operação¹ (múltiplas respostas)



40%
operam em
todas as regiões

Quantidade de Estados/UFs em que operam¹ (média por faixa de faturamento)

Até R\$ 500 mi

12

estados

De R\$ 500 mi a R\$ 2,5 bi

14

estados

De R\$ 2,5 bi a R\$ 7,5 bi

12

estados

Acima de R\$ 7,5 bi

17

estados

¹Taxa de resposta: 100%, 147.

Perfil da amostra

Número de funcionários¹

17% Até 250

16% De 251 a 500

12% De 501 a 1.000

17% De 1.001 a 2.500

16% De 2.501 a 5.000

22% Mais de 5.001

Receita em 2024¹

19% Até R\$ 500 mi

35% Entre R\$ 500 mi e R\$ 2,5 bi

17% Entre R\$ 2,5 bi e R\$ 7,5 bi

29% Acima de R\$ 7,5 bi



¹Taxa de resposta: 100%, 147.



01

02

03

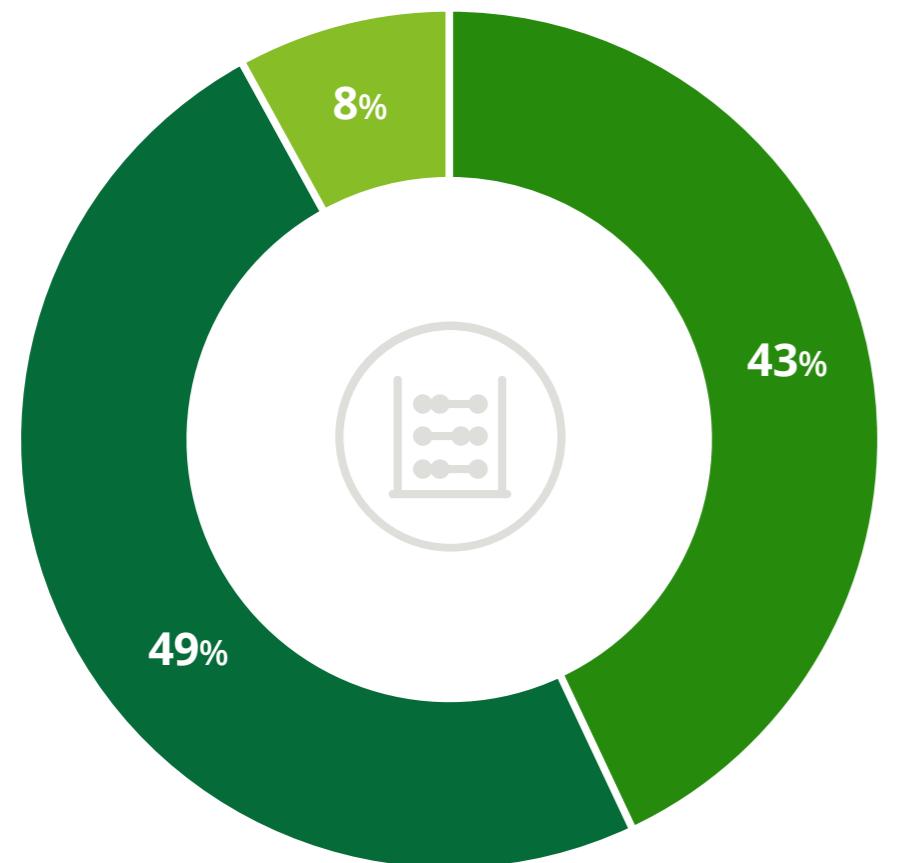
04



Perfil da amostra

Origem do capital¹

- Estrangeira
- Brasileira
- Mista



Controle da empresa pela origem do capital²

- Estrangeira
- Brasileira
- Mista

Familiar/multifamiliar



Subsidiária: direito de controle exercido por outra empresa



Compartilhado: tem poucos sócios



Investidor institucional/fundos de investimentos



Pulverizado: maior acionista tem menos de 50%



Controle da empresa¹



21%

Familiar/multifamiliar



27%

Subsidiária: direito de controle exercido por outra empresa



20%

Compartilhado: tem poucos sócios



13%

Investidor institucional/fundos de investimentos



19%

Pulverizado: maior acionista tem menos de 50%

¹Taxa de resposta: 99%, 146.



01

02

03

04



Perfil da amostra



74%

Dos participantes são presidentes, diretores ou gerentes



64%

Dos participantes atuam nas áreas tributária e fiscal



75%

Das áreas tributárias reportam à diretoria tributária ou financeira

Cargo¹

3% Sócio

2% Presidente

26% Diretor/Superintendente

43% Gerente

19% Supervisor/Coordenador

7% Analista/Assistente

Para quem a área tributária se reporta²

50% Diretoria financeira

25% Diretoria tributária

8% Presidência

6% Gerência financeira/contábil

6% Controller

3% Conselho de administração ou fiscal

1% Gerência de unidade de negócios

1% Gerência jurídica

Áreas de atuação¹

Gestão tributária

41%

Fiscal

22%

Contabilidade

12%

Financeiro

12%

Controles internos

9%

Administrativo

4%

¹Taxa de resposta: 100%, 147; ²Taxa de resposta: 98%, 144.

Expediente

Liderança do projeto

Luiz Rezende

Sócio-líder de Tax da Deloitte

Gustavo Rotta

Sócio de Tax da Deloitte

Giovanni Cordeiro

Diretor de Research da Deloitte

Condução da pesquisa e produção do relatório

Paula Forti

Gerente de Research da Deloitte

Maria Caroline Bandoria

Analista de Comunicação de Research da Deloitte

Vitor Garcia

Analista de Research da Deloitte

Camilla Schiavinato Lopes

Analista de Research da Deloitte

Bibiana Muscalu

Assistente de Research da Deloitte

Diagramação

Edilene Roza

Analista de Comunicação e Design de Research
da Deloitte

Contato

pesquisa@deloitte.com

Apoio Institucional

Thomson Reuters



01

02

03

04





A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.